

Seminário debate Medidas Socioeducativas de Meio Aberto

Participam juizes, promotores e defensores públicos de todas as regiões do Estado

Cerca de 200 juizes, promotores e defensores públicos de todas as regiões de Minas Gerais estão reunidos em Belo Horizonte para discutir, em conjunto com a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (Suase), da Secretaria de Defesa Social (Seds), a aplicação das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, dentro do Seminário Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: Responsabilidade de Todos. Estas medidas são voltadas para a responsabilização imediata do adolescente, evitando que ele prossiga na trajetória infracional. O encontro termina hoje.

O objetivo do seminário é divulgar o Projeto “Portas Abertas”, criado pelo Governo para responsabilizar adolescentes que cometeram atos infracionais e estimular a aplicação de medidas em meio aberto. Ainda: evitar que os jovens progridam na trajetória infracional afastando a necessidade de aplicação de medida socioe-

ducativa privativa de liberdade.

Medidas são voltadas para a responsabilização imediata do adolescente, evitando que ele prossiga na trajetória infracional

A iniciativa é pioneira no Brasil, pois o Governo estadual tem um papel secundário nas medidas em Meio Aberto, por meio do fomento, enquanto os municípios cuidam da execução. O secretário de Defesa Social, Rômulo Ferraz, explica que Minas Gerais tem tra-



BERNARDO CARNEIRO

Secretário Rômulo Ferraz ressaltou que Minas tem trabalhado para o avanço no atendimento ao menor infrator

balhado em uma “conjunção de esforços” para o avanço dessas medidas, com a participação do Ministério Público, Poder Judiciário, a Defensoria Pública, os municípios e todas as instituições envolvidas. “O investimento nessas medidas é muito importante.

Elas são menos onerosas e trazem mais benefícios sociais para toda a sociedade”, destaca.

PREVENÇÃO - De um modo geral, os adolescentes que estão internados em centros socioeducativos começaram seus conflitos

com a lei em atos infracionais mais leves, como pequenos furtos. “A ausência do Meio Aberto causa uma escalada desses atos, chegando até a necessidade de internação. O seminário, portanto, é um momento de conscientização para os profissionais que atuam nesta área”, alerta a promotora Paola Nazaré, subcoordenadora das Promotorias de Infância e Juventude.

A defensora pública geral Andréa Abritta Garzon é enfática na adesão aos princípios das Medidas em Meio Aberto. “Estou convencida de que quanto mais exclusão social, maior o número de execuções penais, e leis duras não resolvem. É preciso mudanças nas bases da pirâmide como prevenção, saúde e educação”.

O seminário tem suas palestras e mesas redondas divididas em quatro eixos: a aplicação das medidas socioeducativas, a execução processual, a operacionalização e a execução e fiscalização.

Sargentos da Polícia Militar recebem capacitação sobre combate ao tráfico de pessoas

Cerca de 600 policiais militares debateram o enfrentamento ao tráfico de pessoas durante capacitação ministrada pela Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade, da Secretaria de Defesa Social (Seds). O tema, pela primeira vez, fez parte da grade curricular do Curso de Formação de Sargentos da Polícia Militar, que tem a duração média de um ano e dois meses.

Para a coordenadora do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Flávia Gotelip, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos (Efas) deu um grande passo ao incluir esse tema na grade do curso. “A Polícia Militar está em todos os 853 municípios do Estado, sendo uma das instituições mais capilarizadas de Minas, com totais condições de atuar na identificação, na prevenção e na repressão desse tipo de

crime”, destaca.

O programa é responsável por elaborar, implementar, executar, monitorar e avaliar ações, planos e projetos relacionados ao combate desse crime em Minas Gerais. Ele atua ainda na integração das instituições do poder público e da sociedade civil voltadas ao problema. A sua metodologia de trabalho se baseia em três eixos de atuação: prevenção, atenção às vítimas e aos seus familiares e repressão e responsabilização dos autores.

O coordenador de Ensino do Curso de Formação de Sargentos, capitão Jonathas Ferreira, explica que, com o conhecimento obtido sobre o assunto, o policial poderá identificar os indicadores do tráfico de pessoas na sua atividade rotineira e tomar as devidas providências. “A partir do momento que tem esse contato mais aprofundado com o

tema, ele adquire as condições de detectar os tipos de exploração, como a sexual, por exemplo,” ressalta o militar.

ATIVIDADES - Além do curso para os policiais militares, a Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade ainda ministrou duas capacitações voltadas para segmentos específicos do tráfico de pessoas. Em Belo Horizonte, funcionários de empresas do ramo da construção civil participaram de uma audiência pública sobre a exploração laboral, com foco no trabalho escravo. em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana da Capital, os profissionais da Comissão Intersetorial de Atenção à Criança e ao Adolescente – rede autônoma de articulação entre diferentes instituições, serviços e políticas públicas do município – frequentaram palestra sobre exploração sexual de menores.

Defesa Civil treina agentes municipais e voluntários

Prevenção, preparação, resposta e reconstrução – essas são as bases que refletem as principais atividades de um órgão de Defesa Civil e, também, as temáticas de um novo treinamento, realizado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec-MG), na Cidade Administrativa. O curso foi iniciado ontem.

Participam do treinamento integrantes da Cemig, da Secretaria de Saúde, voluntários e representantes dos municípios de Alfenas, Arinos, Belo Horizonte, Brumadinho, Carmópolis de Minas, Cássia, Divinópolis, Itabirito, Leopoldina, Mário Campos, Nova Lima, Ponte Nova, Passos, Ribeirão das Neves, Sabará, Santana do Riacho, Santa Efigênia de Minas, São Miguel do Anta e Ubá.

O principal objetivo é promover a conscientização em ações relacionadas à minimização de desastres como enchentes, alagamentos, escorregamentos, vendavais, estiagem, seca, acidentes envolvendo produtos perigosos afetando o meio ambiente, dentre outros. Dessa forma, o curso fornece meios de articulação de esforços aos agentes de proteção e defesa civil, quando

estes atuam com o objetivo comum de estabilizar uma situação crítica, proteger vidas, além de propriedades e o meio ambiente.

Ainda dentro do cronograma das aulas, a capacitação promove palestra da coordenadora do Programa Estadual de Controle permanente da Dengue, Jeane Aparecida Almeida Andrade, da Secretaria de Saúde.

Com duração de três dias, o curso contempla aulas sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, instalação e operacionalização, sistema de monitoramento, alerta e alarme, mapeamento das áreas de risco, administração de abrigos temporários, sistema integrado de informação de desastres (S2ID) e critérios para decretação de situação de emergência.

As aulas são ministradas por técnicos da própria Defesa Civil Estadual com experiência em gestão de desastres estaduais e nacionais. Ao final do curso, os participantes estarão capacitados a aprimorar os conhecimentos sobre ações de prevenção e preparação para desastres, bem como medidas de respostas emergenciais.